

humanitas

Vol. I - Vol. II

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HVMANITAS

VOL. L • TOMO II
MCMXCVIII

2.ª PARTE DA MISCELÂNEA EM HONRA
DO DOUTOR JOSÉ GERALDES FREIRE



D. DIOGO DE SOUSA (1460-1532), BISPO DO PORTO,
HOMEM DE LIVROS E LEITOR DE SAVONAROLA

AIRES A. NASCIMENTO
Faculdade de Letras de Lisboa

A recente publicação do vol. I do catálogo de incunábulo das bibliotecas portuguesas¹ colocou à nossa disposição um instrumento imprescindível para o estudo do livro e da cultura em Portugal a partir dos primeiros tempos da imprensa. Sabido é que as nossas bibliotecas não tiveram a continuidade que seria de esperar ou sofreram acidentes irreparáveis. Os factores que intervieram na sua dispersão ou no seu desaparecimento estão em boa parte por esclarecer, mas não valerá a pena continuarmos a lançar tudo à conta de incúria dos nossos antepassados ou a pensar que o livro devia ser mais estável que os outros bens que se foram para outras paragens². Recuperar devidamente o que nos resta é

¹ Maria Valentina C. A. Sul Mendes (coord. e organ.), *Os incunábulo das bibliotecas portuguesas*, Lisboa, 1995.

² A circulação de livros era habitual e se hoje temos de reconhecer que a primeira gramática que utiliza o português para o ensino se encontra em Oxford (Bodl. Digby, 26: cf. Aires A. Nascimento, “Pueris laica lingua reserabit: As ‘Reglas’ para enformarmos os menynos em latín”, *Euphrosyne*, 17, 1989, 209-232) é porque porventura algum dos nossos estudantes, eventualmente um mendicante em formação teológica, para aí a levou ainda no decorrer do sec. XIV. Pelo estrangeiro ficaram outros livros que aqui soubemos guardar menos; cf. o que escrevemos em “O livro de teologia: génese de uma estrutura e estruturação de uma ciência”, *Didaskalia*, 25, 1995, 235-255. Da difusão e regresso de livros a Portugal nos ocupámos em “Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos em Portugal nos sécs. XII e XIII”, in *Actas de Coloquio sobre circulación de códices e escritos entre Europa y la Peninsula en los siglos VIII-XIII (16-19 Setiembre 1982)*, Santiago de Compostela, 1988, 61-85 (os dados que aí apresentamos continuam válidos, ainda que novas investigações obriguem a relacioná-los de modo diferente). Não será necessário salientar que situações como as das bibliotecas pessoais levaram, por exemplo, o *Leal Conselheiro* ou *Os feitos dos Romanos* ou o *De ministerio armorum* (por nós editado sob o título de *O Livro de*

tarifa nossa. O carácter fragmentário ou implícito dos dados obriga-nos, por outro lado, a atenção redobrada e a esforços colectivos e conjugados. Só aos poucos conseguiremos dar-nos conta do que ainda somos do muito que fomos ou tivemos. O percurso passa, nomeadamente, por recuperarmos, através dos exemplares conservados, a história do seu uso, no reconhecimento dos seus possuidores e na análise de aspectos relacionados com o seu manejo ou leitura dos textos.

A reprodução de materiais em catálogos (ou simples inventários, distinção que não interessa para aqui definir) é, nestas circunstâncias, por vezes factor tão operativo como a própria descrição bibliográfica, independentemente do alargamento desta e da competência dos próprios técnicos, a quem, obviamente, não se pode pedir, e muito menos exigir, uma cultura tão enciclopédica que resolva todas as questões que só uma investigação de pormenor pode ajudar a dirimir. Apenas num elemento concreto incide agora a nossa atenção que aquele catálogo provocou em boa hora.

Na pág. [407] desse catálogo reproduz-se o primeiro fólio da espécie que consta da entrada nº 1601 (cuja cota ACIENL RES. 7.10 remete para a Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa). Abreviadamente descrita na pág. 455, aí se identifica o autor e o texto e se recupera o editor: SAVONAROLA, Girolamo, *Triumphus crucis siue De ueritate fidei*. - [Firenze: Bartolomeo de' Libri, 1497?]. - [98] f.: 2º, com as respectivas remissões para os catálogos universais de incunábulos.

Porém, não se descrevem nem identificam as armas que figuram na tarja de iluminura de pé do primeiro fólio. O carácter sumário do catálogo (carácter esse plenamente justificado, aliás) poderá explicar a omissão (que não queremos atribuir a menor percepção do interesse dos elementos), mas priva o utilizador menos advertido de informações de particular interesse.

Mais além tinha ido o catalogador da colecção de incunábulos da Academia das Ciências de Lisboa, quando assinalou a presença no primeiro fólio de “um brasão episcopal heráldico sustentado por dois *putti*”³. Todavia, não

Arautos) para fora de Portugal, sem que por vezes se atine com o percurso. Cf. o que escrevemos sobre “Circulação do livro manuscrito”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, 1993, pp. 155-159.

³ Júlio Caio Velloso, *Livros quatrocentistas da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1992; neste catálogo reproduzem-se vários fólhos iluminados do incunábulo em causa, nomeadamente o primeiro que directamente nos interessa (estampa nº 34).

tendo ele identificado o brasão nem se havendo alertado em como o brasão remete para personalidade portuguesa (dado facilmente perceptível, pois apresenta os escudos das quinas em cruz e os besantes em aspa, no primeiro e terceiro quartos do campo heráldico), ficava o leitor sem os elementos necessários para situar o livro na sua história primitiva. Isso, de resto, contrasta com informações que se acrescentam sobre a história do incunábulo: pertenceu à Livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa (Franciscanos) e, “jazendo desde sempre no salão nobre junto do livros quinhentistas”, foi louvavelmente recuperado na campanha de catalogação da colecção de incunábulo da Academia das Ciências.

Não nos parece difícil ampliar essa história, ainda que apenas em aspecto parcelar⁴. A singularidade tem, no caso, importância que não será lícito menosprezar nem deixar no esquecimento. E para a recuperar bastarão alguns dados presentes no próprio volume do catálogo que nos serve de guia e provocou o nosso interesse.

Efectivamente, quem tiver o cuidado de percorrer esse volume, mesmo que não tenha à sua disposição outras fontes de investigação, poderá colher informação suficiente na reprodução que surge na pág. [352]. Aí se encontra a imagem do 1º fólio das *Constituições que fez ho Senhor dom diogo de sousa bispo do porto*. - Porto: Rodrigo Álvares, 4 de Janeiro de 1497 (nº 1503 do catálogo)⁵. Ora, no interior da inicial de QUANTA, podemos apercebermos de

⁴ Não nos atrevemos, por agora, a interpretar as assinaturas que figuram no 1º fólio do caderno preliminar: “Frei António de Évora; Frei António (?) de Bellem”; uma outra apagada. Aí consta também uma indicação de proveniência: “Do convento de Bellem”. Por outro lado, anota-se no mesmo fólio: “Nihil habet emendae”, o que, parecendo um registo de bibliotecário, se nos afigura também ser a exclamação de um antiquário orgulhoso do estado impecável do exemplar, onde apenas um traço a sublinhar algumas palavras de um fólio destoia do resto. No fólio de rosto encontramos ainda uma cota: Nº 78.52; apenas um cotejo de materiais, ainda por explorar (conhecemos muito mal a organização das nossas antigas bibliotecas e falta um estudo sistemático), nos permitiria chegar à identificação da biblioteca que utilizou este sistema. Haveria também que chegar a uma interpretação aceitável da datação da filigrana do papel das guardas da encadernação para determinar se estamos ou não com dados de origem; é formada por três circunferências tangentes perpendicularmente alinhadas, tendo a primeira uma cruz a encimá-la e um arco a cortá-la, a segunda contém uma figura indefinida, a terceira apresenta as letras GM e termina por um elemento adicional em forma de 2; na consulta aos repertórios de filigranas disponíveis (Ch. M. Briquet, Edward Heawood, O. Valls i Subirà, A. F. Ataíde e Melo) apenas pudemos concluir pela não identificação dentro de uma família de motivos relativamente abundantes e largos; o nº 291 de E. Heawood é o mais aproximado e levar-nos-ia a inícios do séc. XVIII, data em que teria sido realizada a actual encadernação (não ousamos, todavia, afirmá-lo, pois a pequena parte a descoberto da lombada parece-nos remeter para uma situação original).

⁵ Disponimos agora de edição facsimilada do exemplar da Biblioteca do Paço Ducal de Vila

brasão idêntico ao do outro incunábulo. A própria natureza do texto induz a identificar o seu proprietário com o da autoridade episcopal que publica as constituições pastorais, ou seja D. Diogo de Sousa, bispo do Porto. A confirmação pode facilmente fazer-se em obras mais ou menos especializadas sobre este prelado. Trata-se efectivamente das mesmas armas que figuram em obras por ele mandadas executar mais tarde: mantêm-se, por exemplo, na capela-mor de Sé de Braga, em cuja face exterior, aparecem a ladear a imagem de Nossa Senhora do Leite, construída por aquele mesmo prelado, já na sua condição de arcebispo primaz de Braga, em 1509; figuram também na predela de prata branca que doou em 1527 à mesma Sé⁶.

Que D. Diogo de Sousa, logo nos primeiros anos da sua actividade pastoral na diocese do Porto, se tenha apercebido do valor da imprensa para alargar a sua acção, era certamente sinal de que comungava da estratégia também posta em prática, pouco tempo antes, por D. Jorge da Costa⁷. A impressão das *Constituições*, em 1497, é disso prova cabal. Posteriormente, tal actuação prolonga-se nas encomendas de execução de livros litúrgicos para a sua arquidiocese: três edições do *Breviarium Bracarense*, em 1511, 1512 e 1528; uma edição do

Viçosa, *Constituições que fez ho Senhor dom diogo de Sousa bispo do Porto*, acompanhado de edição “crítica” paralela e estudos de Manuel Cadafaz de Matos e A. García y García, Lisboa, 1997. Teremos a lamentar que o novo editor não tenha atendido ao desajustamento existente entre a edição que utiliza (tomada do *Synodicon Hispanicum*, baseada no exemplar da BPM Porto – em que falta o bifólio XXV-XXVI) e o fac-símile, que reproduz o exemplar da Biblioteca do Palácio Ducal de Vila Viçosa (em que aqueles dois fólhos existem); outro tanto se diga quanto a lacuna do fólho final e a lacunas textuais em fólhos anteriores.

⁶ Encontram-se reproduzidos ambos os elementos por Con^o Avelino de Jesus da Costa, “D. Diogo de Sousa, novo fundador de Braga e grande mecenas da cultura”, in *Homenagem à arquidiocese primaz nos 900 anos da dedicação da Catedral (Braga, 4-5 de Maio de 1990)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993, pp. 17-117.

⁷ São da responsabilidade de D. Jorge da Costa, irmão do Cardeal Alpedrinha, com idêntico nome, as impressões de *Breviário Bracarense* de 1494, o *Missal Bracarense* de 1498, o *Manual dos Sacramentos*, ou *Ritual*, de 1496. A confirmar-se a hipótese de o *Sacramental* e o *Tratado de Confissom*, este de 1489 e aquele presumivelmente de 1488, estarem integrados em plano pastoral de formação de clero e leigos, dever-se-ia ao arcebispo de Braga a introdução da imprensa romana em Portugal. Cf. José Marques, “O arcebispo D. Jorge da Costa e as impressões quatrocentistas do «Sacramental» e do «Tratado de Confissom»”, *V Centenário do Livro Impresso em Portugal, 1487-1987 - Actas de Colóquio sobre o Livro Antigo*, Lisboa, 1992, pp. 39-61; a controvérsia sobre a veracidade do colofon do *Sacramental*, e por isso a questão da antecipação da data para a introdução da tipografia romana no nosso país (cf. J. V. Pina Martins, na “Apresentação” do mesmo volume de *Actas*) não pode deixar na sombra a perspectiva proposta, pelas implicações e pressupostos que acarreta: a introdução da imprensa teria sido um acto plenamente motivado e a intervenção alguns anos depois por parte da rainha para a impressão da *Vita Christi* não aparece isolada.

Missale Bracarense, em 1512; uma edição do *Manuale Bracarense*, em 1517⁸; à semelhança do que fizera no Porto, mandou também imprimir as constituições promulgadas no sínodo que reuniu em Braga em 15 de Dezembro de 1505 e bem assim a *Arte de rezar as horas canónicas*, encomendada ao P. Sisto Figueira. Sabemos que, entretanto, não perdeu ele o interesse pelo livro manuscrito de que continuava a servir-se nos momentos de maior solenidade: para a Sé metropolitana adquiriu pelo menos um conjunto de 15 manuscritos litúrgicos em pergaminho; a igreja da Misericórdia foi também por ele beneficiada com um conjunto não pouco significativo de 6 outros livros litúrgicos; consta inclusivamente que um missal em pergaminho e de apresentação luxuosa lhe custou nada menos que 77.470 reais⁹; o *Memorial das obras que mandou fazer depois que entrou a primeira vez arcebispo*¹⁰ na cidade de Braga (entrada que ocorreu a 22 de Novembro de 1505) não se esqueceu de registar sob “Titulo dos livros que o dito senhor arcebispo mandou fazer e deu à dita See” as benemérenças no domínio dos livros, assinalando 11 espécies, uma das quais em 6 volumes e outra em 5.

O aspecto funcional do livro não podia deixar de ser percebido e acarinhado por quem junto do rei D. João III advogava a contratação de professores de Paris para fundar um colégio universitário, fosse no Porto fosse em Braga, a fim de sustentar a saída de portugueses para o estrangeiro¹¹. Tal diligência não era acto de entusiasmo fugaz, pois podia apontar: “Todos sabem que a primeira obra que desejey e temtey de fazer em chegando a esta cidade foy hum colegio e sem começar outra o fiz saber a elRey voso pay, que Deus aja”. Na realidade, apesar de, a 3 de Maio de 1509, D. Manuel ter prometido apoio para tal obra, ela só viria a ser concretizada já pelo Cardeal D. Henrique. Porém, interessado na instrução do clero, nos Estatutos do Cabido, em 1516, renovou a obrigação de o mestre-escola ter sempre na cidade um bom mestre de gramáti-

⁸ Para as respectivas edições e exemplares conhecidos, remetemos para a informação que coligimos em *HISLAMP* (*Hispanorum Index Scriptorum Latinorum Medii Posteriorisque Aevi Hispanorum*) - *Autores Latinos Peninsulares da Época dos Descobrimentos (1350-1560)*, Lisboa, IN-CM, 1993, pp. 172 e 176.

⁹ Con^o Avelino de Jesus da Costa, *A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, 1985.

¹⁰ Publicado por diversas vezes, encontra-se com o n^o doc. 19, no referido estudo “D. Diogo de Sousa, novo fundador...” pp. 98 ss., onde também se refere que se encontrava no designado *Censual de D. Diogo de Sousa*.

¹¹ O documento é de 21 de Setembro de 1527; cf. “D. Diogo de Sousa, novo fundador...”, doc. 11, pp. 76 ss.

ca, pago à sua custa, e por provisão de 1532 proibiu que os clérigos fossem promovidos a “ordens sacras sem entenderem latim”¹². Não se estranhará assim que também tenha mandado fazer no claustro da Sé *uma livraria de novo, pintada e ladrilhada, com suas yanellas e vidraças e banquetos e assentos pera os livros*¹³.

Não menos nos interessa verificar que D. Diogo de Sousa gostava de marcar os seus exemplares com as armas pessoais. Efectivamente, sob o título dos “Livros do thesouro que há na See” no *Inventário do Tesouro da Sé Primacial* executado em 1589, refere-se tal aspecto para dois livros: “308. It. Hum livro pomtefical escripto de pena em pergaminho iluminado e com brochas de pratta, encadernado em taboas, cuberto de couro vermelho. Nas brochas tem as armas do Arcebispo Dom Dioguo de Sousa”; “311: It. Hum missal de letra de pena em pergaminho, emcadernado em taboas de cordavão, com brochas de pratta, que tem as armas do Arcebispo Dom Dioguo de Sousa, que o deu”¹⁴.

O exemplar do incunábulo com o *Triumphus crucis...* que hoje se guarda na Academia das Ciências fazia parte desse núcleo mais identificado com o seu proprietário. Não advertimos no referido inventário o registo do livro de Savonarola. Tal facto, porém, não é de estranhar, pois “há provas da existência de vários livros omisso no inventário, por estarem fora da biblioteca ou por já se terem perdido”¹⁵.

Importará, pois, relevar o interesse que poderá ter tido para o prelado a posse deste livro para ter feito pintar nele as suas próprias armas em momento da iluminação do exemplar. Significativo é realmente o facto de, ao contrário do que se passa com os dois outros livros marcados com tais armas, aqui elas não estarem vinculadas à encadernação, e mais especificamente às “brochas”, que, sendo exteriores, têm menos relação com o texto, mas estarem integradas na iluminura do primeiro fólio. O estado actual da espécie é magnífica e podemos, com alguma probabilidade supor que a escolha recaiu sobre exemplar sem falha que o editor mantinha para responder às encomendas. As armas pertencem efectivamente à primitiva iluminura, pois em nada diferem as suas co-

¹² Sobre o tema da formação do clero bracarense e sua cultura em tempos imediatamente anteriores, cf. José Marques, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, IN-CM, 1988, pp. 962-965.

¹³ *Ib.*, doc. 19, p. 101.

¹⁴ A. J. Costa, *Biblioteca...*, p. 142.

¹⁵ *Ib.*, p. 17.

res ou o seu traços do resto da voluta de motivos vegetalistas que adornam o fôlio. Houve, pois, uma escolha específica na base da aquisição do livro e ela ficou marcada com a aposição das armas do destinatário.

Advirta-se, por outro lado, que o incunábulo remonta ao ano de 1497. Nesta data encontrava-se o bispo do Porto na sua diocese e empenhado na publicação das *Constituições* dela. Se a encomenda não foi confiada a procurador, a decisão da compra terá sido tomada por D. Diogo só alguns anos depois, aquando da segunda ida a Roma, integrado na embaixada que em 1505 prestou obediência ao papa Júlio II em nome do rei D. Manuel¹⁶. Nestas circunstâncias, não será de somenos importância perguntarmos pelas motivações que teriam levado o prelado a adquirir tal exemplar. Se tivermos em conta, por um lado, que, a 11 de Julho de 1505, ainda em Roma, ele era elevado a arcebispo de Braga (a entrada far-se-ia a 22 de Novembro de 1505) e se, por outro lado, atendermos ao conteúdo da obra (onde está em jogo a demonstração da compatibilidade entre razão e fé cristã), poderemos supor que na origem da aquisição terão estado razões científico-teológicas. Não terá sido porventura indiferente a D. Diogo a recuperação da memória de Savonarola¹⁷, recuperação essa que a amizade do teólogo com os homens do renascimento florentino (de Pico della Mirandola, que falecera anos antes, a Miguel Ângelo) tornava desejada e as alterações na sucessão papal consentia (Júlio II não se sentiria tão directamente atingido pelas críticas do dominicano como Alexandre VI...).

As relações que de há muito o nosso prelado mantinha com homens de letras deixam presumir também esta segunda motivação. Seguirá ele as lições de oratória de Cataldo Sículo, uma vez este chegado a Portugal, com ele se correspondia e para ele representava figura tutelar¹⁸. André de Resende, em poema hoje perdido mas referido por D. Rodrigo da Cunha que o recebeu do sobrinho do humanista, Manuel Severim de Faria, e pensara publicá-lo, consi-

¹⁶ A oração de obediência foi pronunciada por Diogo Pacheco; ed. fac-similada por Martim de Albuquerque e trad. de Miguel Pinto de Meneses, *Oração de obediência ao Sumo Pontífice Júlio II dita por Diogo Pacheco em 1505*, Lisboa, 1988.

¹⁷ Recorde-se que foi executado, por enforcamento, em 1498, na Piazza della Signoria, em Florença.

¹⁸ Cataldo terá conhecido D. Diogo de Sousa logo nos primeiros anos da sua chegada a Portugal, por 1485, data em que o eclesiástico andaria pelos 25 anos, era cônego de Évora e deão da capela real. No livro I das *Epistolae* de Cataldo constam quatro cartas que o humanista lhe dirigiu; dedicou-lhe também 29 epigramas, número não pequeno e só explicável pelo patrocínio que procurava junto dele. Cf. Américo da Costa Ramalho, "D. Diogo de Sousa e o introdutor do humanismo em Portugal", in *Estudos sobre a época do Renascimento*, Coimbra, 1969.

dera o arcebispo nada menos que *unicum scribentium confugium* além de *bonarum vigiliarum fautor*¹⁹. Não fora certamente sem motivo semelhante que Henrique Caiado lhe dedicara a primeira da suas élogos²⁰; mas, para recuperar a motivação de base de tal dedicatória não será de menosprezar o facto de justamente os acontecimentos a que se reporta tal poema se passarem na Florença conturbada de 1495. Se é verosímil que D. Diogo se encontrasse ainda em Itália, uma vez que Caiado na dedicatória o toma como *legatus* de D. João II, acompanhou ele provavelmente toda a sequência de acontecimentos em que Savonarola tomou parte, após a revolta dos florentinos contra as negociações feitas por Pedro de Médicis com o rei de França²¹. Nomeado bispo do Porto²² e regressado ele a Portugal, não terá esquecido a personalidade do dominicano.

A aquisição de um exemplar do *Triumphus crucis* seria, pois, com toda a verosimilitude, uma homenagem do bispo ao teólogo e nisso ia também uma lembrança da Florença humanista. Que não foi um acto banal comprova-o a ornamentação dos fólhos do exemplar da Biblioteca da Academia das Ciências, ornamentação que não há dúvida foi por ele escolhida e personalizada por encomenda, pois assim o testemunham as armas que ali mandou colocar. A coincidência entre a data do incunábulo italiano e a do livro das *Constituições*, impresso por Rodrigo Álvares, não é por certo fortuita nem os interesses do bispo do Porto pelo livro eram aspectos secundários ou menores²³.

¹⁹ Cit. ap. Avelino de Jesus da Costa, "D. Diogo de Sousa...", a partir de D. Rodrigo da Cunha, *História eclesiástica dos arcebispos de Braga*, II, 1635 (= 1989), pp. 298.

²⁰ Cf. Claudie Balavoire, *Les Élogues d'Henrique Caiado, ou l'humanisme portugais à la conquête de la poésie néo-latine*, Paris, 1983. A primeira edição das *Aeglogae* de H. Caiado é de 1496, em Bolonha.

²¹ Sobre as relações de Savonarola com os Médicis, será de utilidade a obra de D. Weinstein, *Savonarole et Florence*, trad. fr., Paris, 1973.

²² A bula de nomeação é de 23 de Outubro de 1495.

²³ Estava este trabalho redigido há muito e entregue para publicação quando nos chegou o catálogo de *Eposição bibliográfica do Seminário Internacional Europa e Cultura, Alguns livros fundadores da cultura europeia*, Lisboa, 1998, preparado pelo Prof. José Vitorino de Pina Martins. Aí figura o exemplar que analisámos, pp. 166-167. Não podemos senão congratular-nos com a coincidência de análise, agora avalizada por tão respeitável autoridade. Ainda que perdendo a novidade da identificação, julgamos que se justificam os restantes elementos que tínhamos preparado da nossa parte.